



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

## Educação Ambiental na preservação de patrimônios culturais: relato de experiência na formação inicial e continuada de professores

Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes<sup>1</sup>  
Cecilia Haureko<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta reflexões sobre as ações de educação ambiental (EA) por meio de processos formativos de professores, no âmbito de dois projetos articulados de pesquisa e extensão universitária, os quais objetivam a produção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural e ambiental da região centro-sul do Paraná. Os sujeitos envolvidos são: professores da educação básica e da universidade, alunos dos diferentes níveis de ensino e a equipe pedagógica escolar. Cada escola possui o seu projeto institucional. A análise prioriza a metodologia qualitativa, as quais revelam que as atividades promovem: Interação Universidade-Educação básica; Contribuição da escola na formação científica, cidadã e na educação ambiental contextualizada; Interdisciplinaridade; Autonomia do professor na produção do conhecimento. Entre as dificuldades está a superação da concepção instrumental de formação, ainda presente nas instituições escolares.

**Palavras-chave:** Formação de Professores; Educação Ambiental; Patrimônio.

### Environmental education for cultural heritage preservation: experience report on initial and continuing teacher training

**Abstract:** This paper presents reflections on environmental education (EE) actions, through educational processes for teachers, in the context of two articulated research projects and university extension, which aim at the knowledge production on the cultural and environmental heritage of the south-central region of Paraná. The subjects involved are: teachers of basic education and the

<sup>1</sup> Professora Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UNICENTRO. Coordenadora do Projeto Tecendo Rede de Saberes Ambientais, do Programa Novos Talentos (CAPES) e orientadora do Pibid disciplinar de Geografia e Interdisciplinar, [Marquiana@unicentro.br](mailto:Marquiana@unicentro.br)

<sup>2</sup> Professora Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UNICENTRO. Coordenadora do Projeto Patrimônio Cultural e Ambiental na Região Centro-Sul do Paraná e coordenadora de área do Pibid Geografia, [cehauresko@gmail.com](mailto:cehauresko@gmail.com)



university, students of different levels of education and the school pedagogical group. Each school has its institutional project. The analysis emphasizes the qualitative methodology, which reveals that the activities promotes: Interaction University - Basic Education; School's contribution to the scientific training, contextualized civic and environmental education; Interdisciplinarity; Teacher autonomy in knowledge production. Among the difficulties is the overrun of instrumental conception of education, still present in the schools.

**Keywords:** Teacher Training; Environmental Education; Heritage.

## Introdução

O presente trabalho apresenta reflexões sobre os resultados parciais das ações de educação ambiental realizadas no âmbito de dois projetos articulados de pesquisa e extensão universitária, quais sejam: Tecendo rede de saberes ambientais, financiado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, CAPES, por meio do Programa Novos Talentos, e Patrimônio Cultural e Ambiental na Região Centro-Sul do Paraná, aos quais têm como objetivo caracterizar a cultura e o ambiente da região centro-sul do Estado do Paraná, por meio de processos formativos, integrando universidade e escola no mapeamento e produção de materiais didático-pedagógicos sobre o patrimônio cultural e ambiental da região centro-sul do Paraná.

De acordo com Pelegrini (2006) a educação patrimonial e ambiental pode contribuir para intensificar a consciência do valor cultural e simbólico dos distintos bens. Nesse sentido, esta deve se iniciar pela percepção direta de que o patrimônio não se reduz aos bens culturais (móveis e imóveis), que representam a memória nacional, como os monumentos, as igrejas ou edifícios públicos. Ao contrário, o conceito de patrimônio cultural é amplo e não se circunscreve aos bens materiais ou às produções humanas, ele engloba o meio ambiente e a natureza. Por isso, a educação patrimonial e ambiental torna-se tarefa prioritária, uma vez que consiste em revelar a diversidade e pontuar as mudanças culturais, sociais e ambientais que vêm se processando com o passar dos tempos, sem descuidar os conflitos de interesses dos distintos segmentos sociais.

O processo de ensino-aprendizagem sobre o patrimônio deve tratar a população como agente histórico-social e como produtora de cultura e para tanto, deve valorizar os artesanatos locais, os costumes tradicionais, as expressões de linguagem regional, a culinária, as festas, os modos de viver e sentir das diferentes etnias.



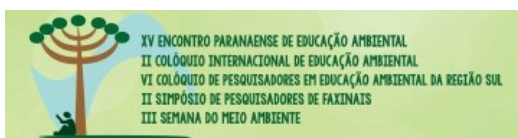
Para Pelegrini (2006, p. 126), o ensino sistemático e contínuo da população através das metodologias da Educação Patrimonial e Ambiental pode fomentar o desejo de manutenção das práticas do passado, sem ignorar os benefícios da tecnologia, promover a discussão sobre o manejo das áreas e parques protegidos, bem como sobre a atribuição de novos valores de uso aos imóveis restaurados, visando à manutenção dos bens protegidos e preservados na dinâmica social e econômica da região ou cidade onde se inserem.

Assim, a produção de conhecimento nessa área precisa contemplar as interrelações do meio natural com o social incluindo a análise dos determinantes desse processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas em prol da população. Enfim, a educação patrimonial e ambiental deve contemplar a pesquisa, o registro, a tipificação dos bens através de sua inventariação bem como, a exploração das potencialidades dos bens culturais e naturais no campo da memória, das raízes culturais e da valorização da diversidade.

Neste contexto, os projetos aqui analisados, por meio da formação de professores e da integração universidade e escola, atendem este objetivo e, para isso, integram na universidade, alunos e professores de graduação, bolsistas do programa institucional de bolsas de iniciação a docência (PIBID) e da pós-graduação; e, na escola, professores, supervisores do PIBID e equipe pedagógica. Em colaboração são elaborados projetos institucionais sobre o tema, atendendo o interesse os objetivos das equipes da escola. Os projetos têm produzido novos conhecimentos sobre os patrimônios locais e diferentes materiais pedagógicos, integrando diferentes áreas do conhecimento, Geografia, Ciências, Biologia, História, Língua Portuguesa, História, Pedagogia e Artes, numa perspectiva interdisciplinar.

As ações tem sido desenvolvidas no município de Guarapuava-PR, desde 2013, entre Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, e o Colégio Estadual do Campo Maria de Jesus Pacheco Guimarães, situado no Distrito do Guará, Colégio Estadual do Campo da Palmeirinha, situado no Distrito da Palmeirinha, Colégio Estadual Bibiana Bittencourt, situado no Distrito do Jordão e Colégio Estadual Padre Chagas, situado na sede do município. Portanto, as ações realizam-se em contexto do campo e da cidade.

246



Para refletir sobre as experiências destas ações entre Universidade-Escola, organizou-se este texto, em três partes: Na primeira, apresenta-se a concepção teórico-metodológica que orienta os projetos quanto a concepção de Patrimônio; Na segunda parte, apresenta-se a metodologia de desenvolvimento das ações nas escolas parceiras; Na terceira e última parte, a análise dos resultados quanto a formação de professores e a educação ambiental para preservação dos patrimônios.

### **Educação patrimonial e ambiental: os patrimônios urbanos e rurais como “locus” para prática de educação ambiental**

Serrano (2007) afirma que na contemporaneidade, o apelo às novidades, à velocidade, o olhar para o futuro e a condenação de um passado tido como arcaico, parece ter tornado o não moderno ou que deixou de ser funcional em algo que pode ser destruído, descartado e desprezado. A autora ainda argumenta que em tempos recentes, a diversidade do mundo natural e a diversidade cultural sobre as quais instituímos a nossa reprodução, produção e identidades estão, no mínimo, ameaçadas. Contudo, salienta que, em tempos atuais, a valorização, a preservação do patrimônio começa a renascer, evidenciando os esforços para dar visibilidade à bens simbólicos e materiais que apresentem/representem traços de sua existência, resistência e adaptação, em vários espaços e sentidos. Para Russi (2011), começamos a compreender o significado de patrimônio, quando passamos a escolher, a definir, a eleger certos objetos, práticas e expressões como símbolos de uma cultura e queremos que seja guardado para ser transmitido, se referindo a proposição de Maurice Godelier.

Esse conjunto de elementos culturais históricos, artísticos, arquitetônicos, paisagísticos que constitui o patrimônio ambiental e que guarda estreita relação com as culturas locais vêm recebendo maior atenção, libertando-se gradativamente da compulsão pelo progresso. Contudo, a análise que se faz aqui, não tem a intenção de abordar a modernização econômica como a responsável única pelo esquecimento dos atributos, dos aspectos e elementos que identificam e demarcam os traços culturais de um determinado local e sim buscar interpretar/analisar essa modernização “insatisfatória” (CANCLINI,2008) em interação com as tradições que persistem. Canclini (p.353), ao analisar os artesãos revela porque “continuam fazendo cerâmica e tecidos manuais na

247



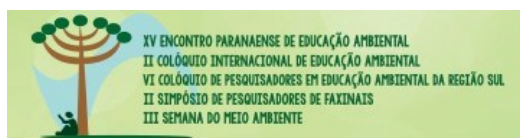
sociedade industrial; os artistas usam tecnologias avançadas e ao mesmo tempo olham para o passado no qual buscam certa densidade histórica ou estímulos para imaginar.”

Em meio a tudo isso, ainda que, o patrimônio sirva para unificar cada nação, contribuir para a memória coletiva e identidades individuais, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem, segundo Canclini, estudá-lo também como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos. Canclini (2008, p. 195) assinala que:

Esse princípio metodológico corresponde ao caráter complexo das sociedades contemporâneas. Nas comunidades arcaicas quase todos os membros compartilhavam os mesmos conhecimentos, tinham crenças e gostos semelhantes, um acesso aproximadamente igual ao capital cultural comum. Na atualidade as diferenças regionais ou setoriais, originadas pela heterogeneidade de experiências e pela divisão técnica e social do trabalho, são utilizadas pelas classes hegemônicas para obter uma apropriação privilegiada do patrimônio comum. Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes porque foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque estes contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, quer dizer, para controlá-los melhor.

Sem dúvida, essa capacidade diferenciada de relacionar-se com o patrimônio se origina, em primeiro lugar, na maneira desigual pela qual os grupos sociais participam de sua formação e manutenção. Com base em Canclini (2008), é evidente o predomínio numérico de edifícios militares e religiosos em toda a América, enquanto a arquitetura popular se extinguiu ou era substituída, em parte por sua precariedade ou porque não recebeu os mesmos cuidados, para a sua conservação.

Sabemos da existência dessa hierarquia dos capitais culturais, contudo, buscamos nas ações desenvolvidas conferir legitimidade à todas as formas de organizar e simbolizar a vida em sociedade. Nos bairros urbanos, nas comunidades rurais e/ou os estabelecimentos agrícolas visitados, por exemplo, é fácil de observar/encontrar extraordinária imaginação e criatividade na construção de moradias, nos locais para armazenamento da produção agrícola, no uso de técnicas manuais apropriadas ao seu modo de viver e trabalhar, dentre outros produtos gerados criativamente por essas classes populares. Nesse contexto, entendemos que os produtos, as técnicas, as edificações dessas classes são mais representativos da história do local e constituem o patrimônio próprio.



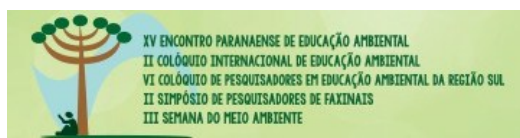
Mesmo que este patrimônio, não possa ser amplamente reconhecido, pode alcançar pela sua criatividade valor estético e grande importância local.

Nesse âmbito, observa-se um despertar para a necessidade de preservação do passado histórico-cultural, compreendido como forma de preservar a memória coletiva e as identidades individuais apontando a importância de afirmação das diferentes personalidades culturais existentes no Brasil e da continuidade de seus valores e das suas manifestações culturais. Busca-se a revitalização da “alma” das cidades e dos campos, apesar da dinamicidade da cultura e da sociedade.

Através da negação da história e da memória em favor da suposta modernidade apontada por Santos (2001, p.45), condenou-se irremediavelmente “as malhas urbanas tradicionais, as construções históricas oficiais, os marcos e as referências das cidades, os conjuntos singelos de casario, a arquitetura vernacular e a arquitetura modernista, os bairros e as sedes rurais, as capelas, os chafarizes, os sítios arqueológicos, as paisagens, as estações de estrada de ferro, os cinemas, as praças e, com eles, (contando com o crescimento dos meios de comunicação de massa) as festas, as tradições, enfim, a alma das comunidades.

Com o propósito de avivar a “alma” do local, a noção de patrimônio tem sido colocada como herança, como um legado, no sentido de que “ Quem diz patrimônio diz herança” (Oliveira, 2008, p.114). Com base nesta afirmação a autora encaminha questões como: O que do passado recebemos como herança? O que deste passado, achamos importante preservar? Diante disso, ao abordarmos o patrimônio estamos tratando de história, memória e da identidade. Esta noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade herdada e se forma quando passamos a colecionar objetos, mantendo-os fora do circuito das atividades econômicas e passamos a protegê-los de modo especial. O valor destes objetos é determinado pelos mitos e pelas tradições e são portadores de significados para a população sendo suportes da memória coletiva e da história dos homens, por representarem simbolicamente a identidade e a memória de uma nação, de um povo, assinala Loureiro (2008).

Santos (2001, p. 43) destaca que, “a palavra patrimônio está historicamente associada ou à noção do sagrado, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens

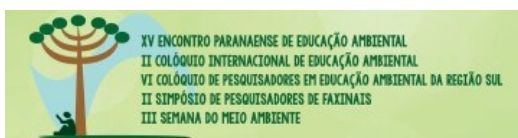


de família. Para Pelegrini (2006, p.26), esse termo nas línguas românicas, segundo Pedro Paulo Funari, deriva do latim *patrimonium* e faz alusão à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados” ou “aos monumentos herdados das gerações anteriores”. Para Funari (*apud* PELEGRINI, 2006, p. 116), essas expressões fazem menção a *moneo*, que em latim significa “levar a pensar”. Portanto, as noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e de memória, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais.

È especificamente na memória dos mais velhos, que podem ser encontrados aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história, da tipologia do espaço onde vive, das paisagens naturais ou construídas. Para Bosi (1979) a função social exercida durante a vida ocupa parte significativa da memória dos velhos, e isso não ocorre por acaso. Para a autora, a memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já trabalharam. Assim, é uma narrativa de homens e mulheres que já não são mais membros ativos da sociedade, mas que já foram. Isso significa que os velhos têm uma nova função social: lembrar e contar para os mais jovens a sua história, de onde eles vieram, o que fizeram e aprenderam. Para Bosi, na velhice, as pessoas tornam-se a memória da família, do grupo, da sociedade.

A memória, para Jaques Le Goff (*apud* PELEGRINI, 2006, p.116), estabelece um “vínculo” entre as gerações humanas e o “tempo histórico que as acompanha”. Tal vínculo, se constitui em “elo afetivo” que possibilita aos cidadãos se perceberem como “sujeitos da história”, plenos de direitos e deveres, os torna conscientes dos choques sociais que envolvem a própria paisagem, os lugares onde vivem. A partir do momento em que a sociedade se dispõe à preservar e divulgar os seus bens culturais tem início o processo denominado por Le Goff (*apud* PELEGRINI, 2006, p. 117) como a “construção do ethos cultural e de sua cidadania”. O *ethos* cultural, em essência, está relacionado à tudo aquilo que aponta a existência de diferentes grupos sociais no interior de uma sociedade.

Entendemos que, à medida que o cidadão se percebe como parte integrante do seu entorno, tende a elevar sua autoestima e a valorizar a sua identidade cultural. Essa experiência permite ele se torne um agente fundamental da preservação do patrimônio em



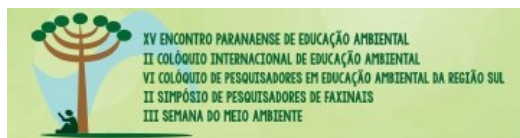
toda sua dimensão. O conhecimento adquirido e a apropriação dos bens culturais por parte da comunidade constituem fatores indispensáveis no processo de conservação e preservação do patrimônio, pois fortalece os sentimentos de identidade e pertencimento da população residente, e ainda, estimula a luta pelos seus direitos e exercício da cidadania.

A idéia de um patrimônio comum à um grupo social, definidor de sua identidade e enquanto tal, merecedor de proteção, nasce no final do século XVIII. Para UNESCO (2005), o conceito de patrimônio natural [cultural] é abordado como “herança da humanidade”. Neste sentido, tanto o patrimônio natural quanto o cultural são reconhecidos como elementos de uma mesma configuração, estabelecida entre ser humano e natureza, indicando a estreita relação entre ambos. Daí a necessidade do envolvimento da população local no estudo do seu ambiente e das questões que o envolvem.

Considerando conjuntamente a idéia de patrimônio e cultura, tratamos da cultura, evidentemente, como um processo dinâmico resultado da interação da sociedade via seus conhecimentos, produções e expressões que se caracterizam pelas tradições, valores, crenças e saberes que são repassados de geração em geração e que, na medida que o tempo passa se modificam e assumem as mais variadas formas de expressão e criação, porque a cultura é parte de uma realidade na qual a mudança deve ser considerada.

O termo cultura, segundo Ajzenberg (2009), tem origem latina e vem do verbo *colere* que significa *cultivar* e além de outros significados que carrega, este pode ser considerado como todos os modos de atributos da existência humana. Cultivar valores, saberes, edificações, tradições de uma determinada região, localidade pode manter ativo o referencial cultural convertendo-se mais tarde em um potencial capaz de contribuir para o desenvolvimento regional/local e assegurar o sentido o sentimento de pertencimento àquele espaço. Nesse sentido, esse referencial deve vir acompanhado de especial atenção à valorização, conservação e manutenção garantindo, sobretudo, a possibilidade de existência desses bens para a população residente a para as gerações futuras.

Não importa a sua localização, tantos os bens culturais urbanos quanto os rurais, estão impregnados de sentidos que extrapolam a sua materialidade. Por exemplo, o sentido de um monumento ser considerado um patrimônio cultural, não está apenas na sua materialidade, na sua arquitetura, formas e cores mas também no simbolismo que lhe é





atribuído. Santos (2001, p.44), destaca que “a abrangência conceitual na abordagem do patrimônio cultural está relacionada com a retomada da própria definição antropológica da cultura como ‘ tudo o que caracteriza uma população humana’ ou como ‘ o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar “.

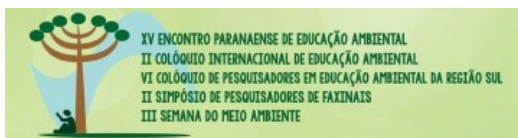
No que tange a noção de patrimônio urbano, Ribeiro(2005, p.46) afirma que:

Surgiu na época de Haussmann, embora Ruskin tenha abordado a importância da arquitetura doméstica na constituição do tecido urbano. Entretanto, a visão do Barão Haussmann era de que os velhos bairros industriais insalubres deveriam dar lugar à contemplação dos monumentos do passado e, portanto, pressupunham a destruição de parte da cidade para aberturas de espaços amplos, que no caso de Paris foram os *boulevards*. Segundo Françoise Choay, os motivos que retardaram o tratamento do espaço urbano como patrimônio foram sua escala e complexidade, ausência de cadastros e de documentos cartográficos confiáveis e ‘ a dificuldade em descobrir arquivos relativos aos modos de produção e as transformações do espaço urbano’. [...] A cidade passa a ser objeto do saber a partir das transformações ocorridas com a Revolução Industrial.

O termo patrimônio urbano foi utilizado pela primeira vez por Gustavo Giovannoni (1873-1943), como parte integrante da doutrina da urbanização ( LOUREIRO, 2005, p. 46). Giavannoni, entendia patrimônio urbano por meio do valor de utilização e um valor museológico integrado a uma concepção de organização territorial. Sua doutrina baseia-se na integração de uma fração urbana antiga ao plano de ordenamento local, regional e territorial, e na relação de um bem cultural com seu entorno e no respeito à escala e à morfologia nas intervenções sobre patrimônio urbano. Desse modo, as intervenções tornam-se justificadas desde que sejam necessárias, mas não devem ser manipulações para falsear e destruir.

No que diz respeito ao patrimônio rural,

o mundo rural, constituído ao mesmo tempo por elementos materiais e imateriais, possui um patrimônio cultural, edificado, natural e paisagístico de infinita riqueza. Este patrimônio, que urge preservar, funciona igualmente como motor de desenvolvimento do território em que se situa. Reconhecer o valor do passado, proteger e valorizar o patrimônio rural, torná-lo conhecido, acessível e interactivo com as populações rurais é uma tarefa indispensável à manutenção dos equilíbrios ecológicos, à preservação da auto-estima e do desenvolvimento económico, social e cultural. Esta tarefa incumbe, não só às instituições oficiais e entidades



privadas ligadas ao sector, mas também às populações que deverão ter orgulho no património existente no seu território. ( EPDTR, 2009, p.13).

De acordo com EPDTR (2009), há poucos anos atrás, era dada uma definição restritiva de patrimônio rural, considerado como integrando os edifícios associados à exploração agrícola e, sobretudo, o “pequeno patrimônio rural” como os lavadouros, moinhos ou espigueiros. Atualmente, tem-se o conceito de patrimônio mais amplo que compreende os elementos materiais e os imateriais, que testemunham as relações que uma comunidade estabeleceu no decurso da história com o território em que está inserida.

Esta são sumariamente as concepções que orientam a proposta de EA desenvolvida nos projetos aqui socializados. Espera-se que, com os elementos apontados até aqui, ter explicitado as discussões que orientaram os professores na construção das pesquisas para cada escola parceira. Embora cada uma delas tenha tido autonomia na elaboração de suas propostas, a abordagem sobre o patrimônio tem se orientado pelas premissas supracitadas, de modo a embasar teoricamente as ações práticas realizadas. A seguir é apresentada a metodologia do trabalho empreendido na elaboração das atividades.

### **Metodologia de desenvolvimento das ações nas escolas parceiras**

Os projetos “Tecendo rede de saberes ambientais” e “Patrimônio Cultural e Ambiental na Região Centro-Sul do Paraná” articulam-se e, têm em comum, o objetivo da formação inicial e continuada de educadores ambientais para a valorização e preservação dos patrimônios culturais. Os mesmos estabelecem-se por diferentes ações.

A primeira foi à abertura de um edital público no qual as escolas inscrevem-se para a participação. Para isso, foram definidos alguns critérios, a saber: cada escola poderia selecionar um grupo de, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 professores para participar das atividades, porém, como mais professores de uma mesma escola se interessaram, todos os inscritos foram aceitos. Entre os quesitos necessários estavam: 1. Disponibilidade para participar das atividades propostas; 2. Ser professor do quadro efetivo da escola. As escolas foram selecionadas em parceria com o Núcleo Regional de Educação de Guarapuava.



A segunda ação consistiu em reunir professores da educação básica, os quais são oriundos de diferentes áreas do conhecimento, Geografia, Ciências, Biologia, História, Língua Portuguesa, Química, Pedagogia e Artes, em uma ação coletiva por meio de diferentes ações. As atividades oferecidas são palestras, oficinas e grupos de trabalho, nas quais os mesmos discutem textos teóricos com os professores e acadêmicos da Universidade e também realizam atividades práticas. Este aporte teórico-metodológico os orientou na construção do projeto a ser realizado na escola. As palestras são organizadas com o tema norteador. As oficinas pedagógicas são atividades técnico-pedagógicas para que os professores desenvolvam conhecimentos e habilidades quanto ao trabalho com bases de dados disponibilizados na rede virtual, imagens, filmes, jornais, textos, etc. O grupo de Trabalho trata-se de uma atividade realizada no âmbito da escola para acompanhar e avaliar o processo de elaboração e desenvolvimento do subprojeto de cada escola.

Na primeira etapa, foram definidas para o período do segundo semestre de 2014, os seguintes temas e ações de pesquisa como subprojetos de cada escola:

1. Colégio Estadual do Campo da Palmeirinha: Patrimônio Ambiental, Saúde e Conhecimentos tradicionais: o estudo das ervas medicinais;
2. Colégio Estadual do Campo Maria de Jesus Pacheco Guimarães: Patrimônio natural e cultural, como ponto de partida para o estudo do meio: mapeamento interativo das nascentes da bacia hidrográfica do Rio das Pedras;
3. Colégio Estadual Padre Chagas: A água como patrimônio cultural e ambiental na cidade de Guarapuava.

Na segunda etapa, foram definidas para o período do segundo semestre de 2015, os seguintes temas e ações de pesquisa como subprojetos de cada escola:

1. Colégio Estadual do Campo da Palmeirinha: Patrimônio Ambiental Rural (Equipamentos e práticas sociais no Campo e Diversidade da Flora e Fauna);



2. Colégio Estadual do Campo Maria de Jesus Pacheco Guimarães: Patrimônio Ambiental Rural (Continuidade das ações na Bacia hidrográfica do Rio Faxinal dos Elias);
3. Colégio Estadual Padre Chagas: Optaram por dois projetos: Patrimônio Edificado – Memória dos 27 anos Colégio Estadual Padre Chagas e Patrimônio Edificado da cidade de Guarapuava;
4. Colégio Estadual Bibiana Bittencourt<sup>3</sup> – Patrimônio Ambiental – Parque do Jordão.

As atividades de 2014 foram apresentadas em um seminário integrador com vistas à integração, socialização e avaliação dos resultados, assim como às de 2015, que ainda estão em andamento, mas também serão socializadas ao final do processo.

Os subprojetos são organizados pela equipe multidisciplinar da escola de forma coletiva e colaborativa, a partir dos conhecimentos adquiridos nas palestras e oficinas pedagógicas. A execução dos mesmos tem a pesquisa como premissa. Isso porque, concebe-se que a mesma instiga o sujeito a buscar novos conhecimentos, analisando-os e sistematizando-os, de forma a elaborar um pensamento autônomo sobre o fenômeno em estudo.

Sobre isso, apoia-se em Demo (1997), ao qual afirma que quem conhece é capaz de intervir de forma competente, crítica e inovadora, e está na base desta concepção à reflexão e ação conscientizada. Mas para isso, o mesmo autor alerta que é preciso ficar atento ao fato de que pesquisar não é só localizar e selecionar informações, mas interpretá-las e criar um ponto de vista próprio. Por isso, as propostas envolvem atividades investigativas e educativas, sendo a produção de material didático um dos resultados.

Esta investigação tem que extrapolar o conhecer e, de forma relacional, estabelecer uma práxis transformadora. Essa observação é importante para não reduzir a EA em uma ação conservacionista e instrumental, mas sim, em uma prática engajada historicamente e contextualizada, de modo a promover reflexões críticas e alicerçadas na

---

<sup>3</sup> O Colégio Bibiana Bittercourt, só incorporou-se ao projeto em 2015, por meio da parceria com as ações do Pibid Interdisciplinar da UNICENTRO. Porém, as ações participam das ações apenas a profa. Supervisora do Pibid de Língua supervisora e com os alunos da escola.



cidadania e na dimensão política do processo educativo, como nos orienta Guimarães (2006).

Neste sentido, os acadêmicos do estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Geografia, bolsistas do Pibid disciplinar e Interdisciplinar<sup>4</sup>, participam com os professores das escolas nas ações, oferecem oficinas aos alunos e contribuem no desenvolvimento e produção de materiais pedagógicos realizados coletivamente com os alunos do ensino médio. Os professores da Universidade e os alunos de pós-graduação orientam as ações, as quais são avaliadas pelo coletivo do projeto e, nesta perspectiva, integra-se formação inicial e continuada dos envolvidos.

As ações escolares são acompanhadas por alunos de pós-graduação, via de regra, vinculados às suas próprias pesquisas ou, por meio, das atividades de extensão. Este acompanhamento permite o registro em diário de campo, fotográfico e filmagens que, posteriormente, são analisadas pelas equipes, com vistas a refletir sobre o processo formativo e a produção de conhecimento realizada no âmbito das ações.

Na sequência deste texto, será apresentado os resultados das ações realizadas até o momento, cuja análise tem como base os métodos qualitativos de coleta de dados, observação direta, diário de campo, análise de relatórios e dos materiais produzidos até o momento.

### **Formação de professores e a educação ambiental para preservação dos patrimônios: análise das experiências implementadas na educação básica**

A organização dos projetos de cada escola consistiu em definir o tema, os objetivos e a metodologia. Para cada projeto, foram organizados vários subprojetos, dentre os quais destacamos os apresentados nos quadros 01 e 02.

---

<sup>4</sup> O pibid disciplinar é do curso de Geografia e o Interdisciplinar envolvem os cursos de Geografia, Biologia, Letras e História da Unicentro.



## Quadro 01 – Síntese das Atividades das escolas parceiras no ano de 2014

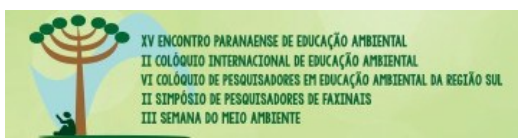
Colégio e Tema	Subprojeto	Objetivos	Metodologia
1. Colégio Estadual do Campo da Palmeirinha: Patrimônio Ambiental, Saúde e Conhecimentos tradicionais: o estudo das ervas medicinais.	Domínio Morfoclimático e plantas medicinais – Palmeirinha, Guarapuava.	Construir conhecimentos com os alunos sobre os domínios morfoclimáticos regionais e sua relação com a vegetação local, tendo como foco as ervas medicinais.	Elaboração de jogo pedagógico; pesquisa sobre as plantas medicinais nativas da região; produção de um mapa ilustrativo do tema.
2. Colégio Estadual do Campo Maria de Jesus Pacheco Guimarães: Patrimônio natural e cultural, como ponto de partida para o estudo do meio: mapeamento interativo das nascentes da bacia hidrográfica do Rio das Pedras.	Análise ambiental das nascentes do Rio Faxinal dos Elias, afluente do Rio das Pedras.	Aprendizagem dos conceitos relativos à bacia hidrográfica, bem como da necessidade de preservação das nascentes com vistas à manutenção da qualidade das águas.	- Atividade de campo para caracterização da bacia hidrográfica; - Registro das condições ambientais das nascentes, a partir de formulário de descrição; - Mapeamento da Bacia e construção de maquetes.
2. Colégio Estadual Padre Chagas: A água como patrimônio cultural e ambiental na cidade de Guarapuava	Qualidade da água, tratamento e disponibilização na cidade de Guarapuava.	Conhecer o processo de captação, tratamento e distribuição, como vista a desenvolver a compreensão sobre a importância da água e a necessidade do seu uso de forma racional.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Interpretação do boletim de conta de água, emitido pela empresa de Saneamento e utilizado pelas famílias no pagamento do seu consumo;</li> <li>2. Visita ao local de tratamento da água;</li> <li>3. Debate sobre o processo de distribuição de águas a partir das pesquisas realizadas.</li> </ol>

Organização: Autores, 2015.



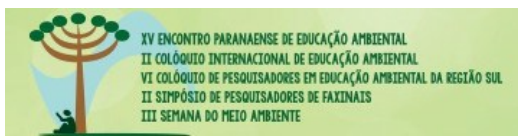
Cada escola apresentou os resultados da primeira etapa em um seminário coletivo no final de 2014, com as seguintes conclusões:

- a) Colégio Estadual do Campo da Palmeirinha, tema: Patrimônio Ambiental, Saúde e Conhecimentos tradicionais: o estudo das ervas medicinais. Conforme análise do grupo participante, o projeto aproximou o colégio da comunidade escolar, bem como com a realidade de uma das comunidades de origem dos alunos, a maior parte deles são de vilas e assentamentos rurais. O desenvolvimento de várias ações, jogos, produção de mapas, elaboração de herbário, entrevistas com benzedeadas, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de vários conceitos, atitudes e habilidades. Do ponto de vista conceitual, os alunos se apropriaram de diferentes conceitos ambientais, botânicos e biogeográficos, assim como a relação entre a etnobotânica e o uso de ervas medicinais pelas comunidades indígenas e sua influência na cultura regional, as principais plantas medicinais usadas no Paraná; o significado das benzedeadas; a tradição e costumes de famílias no uso das ervas medicinais. Enquanto habilidades, o trabalho permitiu o desenvolvimento do trabalho coletivo, responsabilidade, criatividade, valores ambientais e do respeito à diferença e a diversidade. As dificuldades estiveram relacionadas, sobretudo, ao tempo necessário para execução das atividades que exige da escola um redimensionamento da organização curricular.
  
- b) Colégio Estadual do Campo Maria de Jesus Pacheco Guimarães, tema: Patrimônio natural e cultural, como ponto de partida para o estudo do meio: mapeamento interativo das nascentes da bacia hidrográfica do Rio das Pedras. Conforme análise do grupo participante, o projeto aproximou o colégio da comunidade escolar, bem como com a realidade de uma das comunidades de origem dos alunos, Faxinal dos Elias. O trabalho de campo permitiu um contato mais próximo com o próprio aluno, por se tratar de uma atividade fora da sala de aula. No que diz respeito ao modelo interdisciplinar, a proposta fortalece a unidade entre os professores, bem como quebra barreiras quanto à organização curricular que atualmente é disciplinarizada. O uso de novas metodologias e tecnologias na prática escolar



também contribuir para que o aluno tenha mais interesse pelo conteúdo abordado. Do ponto de vista conceitual, os alunos afirmaram que puderam dominar melhor o conhecimento sobre a dinâmica das águas, sobre o relevo; a necessidade de proteção das nascentes; alfabetização cartográfica. Enquanto habilidades, o trabalho permitiu o desenvolvimento do trabalho coletivo, responsabilidade, criatividade e respeito ao outro. Contudo, algumas dificuldades foram encontradas, quais sejam: socializar os resultados do projeto para o coletivo da escola, já que seu desenvolvimento se estendeu para um grupo específico de alunos; dificuldade na interação entre os professores integrantes do projeto, já que não há na escola, hora atividade comum entre os professores; conciliar as reuniões do projeto com a atividade de sala de aula; por se tratar de uma escola do campo, a atividade no contra turno também é comprometida, uma vez que o transporte escolar não atende os horários diferentes daqueles das aulas regulares.

- c) Colégio Estadual Padre Chagas: A água como patrimônio cultural e ambiental na cidade de Guarapuava (figura 04 e 05). Conforme análise do grupo participante, o projeto permitiu a conscientização dos alunos quanto à importância das águas, entender o processo de tratamento, bem como toda complexidade envolvida no processo de sua distribuição. Do ponto de vista conceitual, os alunos afirmaram que puderam dominar melhor o conhecimento sobre a dinâmica das águas, os processos envolvidos na sua poluição; as diferentes etapas no tratamento e distribuição da água, que implica não só em tecnologias avançadas para captação e tratamento, mas também para distribuição deste recurso a população. Enquanto habilidades, o trabalho permitiu o desenvolvimento do trabalho coletivo, a observação, a sistematização e análise de dados textuais, gráficos e laboratoriais. Quanto às dificuldades destacaram-se: o tempo na execução da atividade, o deslocamento a estação de tratamento que envolve a disponibilidade de transporte e envolvimento dos docentes.





**Quadro 02 – Síntese das Atividades das escolas parceiras no ano de 2015**

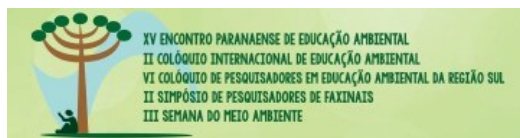
<b>Colégio e Tema</b>	<b>Subprojeto</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Metodologia</b>
1. Colégio Estadual do Campo da Palmeirinha: Patrimônio Ambiental Rural	Equipamentos e práticas sociais no Campo e a Diversidade da Flora e Fauna;	Construir conhecimentos com os alunos sobre as práticas, ferramentas e edificações próprias da agricultura tradicional familiar. Identificar os remanescentes de flora e fauna na região sua diversidade e importância para o ambiente local.	Pesquisa junto a agricultores locais, por meio de atividades de campo para coleta, registro e documentação das práticas, ferramentas, edificações no campo e remanescentes da flora e fauna locais. Como materiais estão sendo produzidos: álbum fotográfico dos patrimônios, maquetes, cordéis, jogos pedagógicos e vídeos.
2. Colégio Estadual do Campo Maria de Jesus Pacheco Guimarães: Patrimônio Ambiental Rural.	Continuidade da análise ambiental das nascentes do Rio Faxinal dos Elias, afluente do Rio das Pedras.	Aprendizagem dos conceitos relativos à bacia hidrográfica, bem como da necessidade preservação das nascentes com vistas à manutenção da qualidade das águas.	Pesquisa de campo para observação direta das condições ambientais das nascentes, mapeamento com uso de imagens orbitais do uso da terra no âmbito da bacia. Como materiais estão sendo produzidos mapas, maquetes, kits de avaliação da qualidade das águas, álbum fotográfico, cartilha das condições ambientais da bacia.



Colégio Estadual Padre Chagas: Optaram por dois projetos: Patrimônio Edificado – Memória dos 27 anos Colégio Estadual Padre Chagas e Patrimônio Edificado da cidade de Guarapuava	Patrimônio Histórico	Catalogar os patrimônios edificáveis da cidade de Guarapuava, tanto históricos quanto ambientais, bem como produzir materiais sobre o histórico da escola, como a mesma foi transformando o bairro onde está situada na medida em que foi ampliando suas ações	Pesquisa em documentos históricos, entrevistas e registro fotográfico da paisagem urbana. Como materiais estão sendo produzidos álbuns fotográficos, cartilhas, jornais e exposições.
Colégio Estadual Bibiana Bittencourt Patrimônio Ambiental – Parque do Jordão	Patrimônio Ambiental – Parque do Jordão	Identificar a apropriação do Parque do Jordão, enquanto área verde urbana, pela população do entorno do Parque e usuários externos. A relação da população com o Parque, sua importância ecológica, de lazer, estética, etc.	Pesquisa com moradores locais e turistas sobre a percepção do Parque. Produção de Mapas Mentais com as crianças de forma a verificar a relação com o Parque, Identificação de manifestações populares. Como materiais estão sendo produzidos, mapas, dicionário linguístico, filmes sobre os mitos e lendas sobre o Parque.

Organização: Autores, 2015.

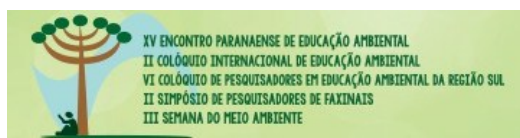
O Seminário de análise dos resultados das ações do quadro 2, ainda será realizado, por isso, não será apresentado aqui, mas pode-se afirmar que são vários os resultados obtidos com os subprojetos, seja em conteúdo, procedimento, habilidade e/ou valores



ambientais, conforme o quadro 03, assim como os limites inerentes a sua operacionalização.

**Quadro 3 – Análise das contribuições e limites do projeto**

Elemento de Análise	Potencialidade	Limites
Contribuição da escola na formação científica, cidadã e na educação ambiental contextualizada.	O tema articulado com o espaço de pertença contribui para a formação da identidade territorial, e a possibilidade de discutir a natureza e cultura em interação; a contextualização do ambiente em sala de aula e, sobretudo, a valorização do conhecimento prévio e a experiência do educando, que pelo envolvimento afetivo, estabelece um comprometimento com o local, a partir do vínculo que possui com os espaços de vivência. As ações poderão ser ainda mais interessantes quando engajadas com as comunidades de entorno da escola, num processo colaborativo e político. O reconhecimento de que relação sociedade e natureza se dão historicamente e que as concepções, valores e ações estão condicionados a esta situação é importante.	Há um desafio quanto a garantir a autonomia do professor na organização curricular. Via de regra, os programas são estabelecidos, mediante orientação das secretarias de educação, assim como há uma preocupação demasiada com o tempo destinado às pesquisas, que reduzem o tempo destinado aos conteúdos pré-estabelecidos, principalmente, quando tem no livro didático, o principal meio de organização dos planos de ensino;
Professores da Educação Básica como produtores do conhecimento na pesquisa colaborativa	São potenciais espaços de construção de autonomia do professor. Isso porque, na medida em que o professor investiga sua própria prática, reflete sobre ela e estabelece mecanismos de superação dos seus limites. Podendo tornar-se um sujeito ativo na produção de seu próprio conhecimento. Os educadores ambientais quando são mobilizados para a	Os currículos engessados e a estrutura organizacional “inflexível” da escola. As secretarias de educação, seja em âmbito municipal e/ou estadual, tem uma preocupação em constituir um currículo único, pautados na concepção de universalização do conhecimento. A que pese a autonomia da escola, é comum que em nome desta



	pesquisa sobre sua realidade, tem necessariamente que produzir conhecimento novo, não disponível nos manuais didáticos.	universalização a equipe pedagógica posicione-se contrária a qualquer ação do professor que fuja deste modelo.
Equipe multidisciplinar e a realização de projetos de Educação Socioambiental Interdisciplinares.	Dentre os princípios que orientam a Educação Ambiental, está o de conceber o ambiente na sua complexidade. Neste caso, são de igual importância os fatores físicos, biológicos, sociais, culturais e históricos na formação do indivíduo em relação aos conhecimentos, valores e atitudes ambientais. Neste aspecto as equipes multidisciplinares são fundamentais e garantem uma abordagem contextualizada e coerente ao tratamento do tema, pela sua complexidade.	A tradição disciplinar e individualizada do conhecimento, enraizada na universidade e, por consequência, na escola, que inibe a compreensão contextualizada e global dos problemas ambientais, e impõe obstáculos ao trabalho colaborativo. Este por sua vez, exige a divisão de poderes, numa perspectiva horizontal e o respeito à diferença de ideias e de valores, em detrimento da hierarquia e do pensamento único.
Integração entre níveis de ensino	Projetos de formação continuada que integram universidade e escola, por meio da formação de acadêmicos, professores da educação básica e universitários, geralmente possuem um bom andamento quando há a valorização dos saberes, nos diferentes níveis. Este processo impõe o reconhecimento do papel da experiência de cada um no coletivo, e geralmente promove o crescimento profissional e pessoal a partir da observação e da troca de conhecimentos.	A tradição universitária, cujos valores hierárquicos são consolidados e, neste aspecto, o entendimento da horizontalidade como eixo norteador de trabalhos colaborativos, fica comprometido em nome da valorização diferenciada entre a produção do conhecimento entre os dois espaços, universidade e escola. Esta característica é explícita quando o academicismo torna-se norma de linguagem nos processos comunicativos, e um obstáculo à interação efetiva universidade-escola.

**Fonte: Autores, 2015**



## Considerações Finais

O intuito de socializar nossas reflexões sobre a integração universidade e escola na formação de educadores tem como objetivo principal, neste texto, contribuir com a crítica ao desenvolvimento de projetos desta natureza, defendendo-os, a partir da observação dos limites que devem ser sempre considerados pelos envolvidos sob pena de comprometer todo o processo de implementação.

Os limites apresentados na execução dos projetos de formação inicial e continuados, longe de ser insolúveis, apenas indicam a necessidade de cautela e reconhecimento, sobretudo, da necessidade de processos dialógicos, que respeitem as especificidades da universidade e da escola e, dos diferentes sujeitos que integram as propostas.

De qualquer forma, o que não se pode perder de vista, são os comprometimentos políticos, sociais e técnicos que os educadores devem assumir diante da necessária contribuição a formação do cidadão. Para isso, importa a concepção de educação que orienta o trabalho.

Quanto compreende-se que a educação acontece na relação social e que faz parte de um processo de troca dos saberes, em diversos momentos e lugares, supera-se o privilégio da racionalidade instrumental em detrimento dos conhecimentos, valores e atitudes voltadas a formação integral e humana dos sujeitos, nas suas relações entre si, e destes com a natureza. Preservar o patrimônio cultural, de forma ampla, é valorizar a identidade, o pertencimento, as diferentes gerações numa perspectiva do cuidado com os bens coletivos historicamente constituídos.

## Referencias Bibliográficas

AJZENBERG, Elza. Patrimônio artístico-cultural: uma conquista. **Pesquisa em Debate**, edição 10, v. 6, n. 1, jan/jun 2009. p.2-11.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Tao. 1979.

DEMO. Pedro. **Educar pela Pesquisa**. 2<sup>a</sup> Ed. Campinas, Editora Autores Associados. 1997.



GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 416 p.

GUIMARÃES, Mauro. Abordagem relacional como formação de ação. In: GUIMARÃES, Mauro (Org.). **Caminhos da educação ambiental da formação à ação**. Campinas, SP: Papirus, 2006, p. 9-16.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura e Patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.192 p

PELLEGRINI, Sandra. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, [Online], vol.26, nº.51, p.115-140, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/07.pdf>. Acesso em: 12 de Outubro de 2015.

PEREIRA, Taís Assunção Curi; PIFFER, Marcos. Patrimônio histórico, cultural e natural: região metropolitana da baixada santista: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente. São Paulo: **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**: Agência Metropolitana da Baixada Santista, 2010. 248 p.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília**: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005. 206p.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Novas Fronteiras e Novos Pactos para o patrimônio cultural. São Paulo em Perspectiva [Online], 15(2)/2001. p.43-48 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8576.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2015.

SERRANO, Célia, Patrimônio, Natureza e Cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: LUCHIARI-PAES, Maria Tereza; BRUHS, Heloisa Turino, SERRANO, Célia ( orgs), **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

UNESCO, Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília. UNESCO, 2005.

DSATAR/EPDTR - Direcção de Serviços da Agricultura, Territórios e Agentes Rurais (DSATAR); Equipa de Promoção e Desenvolvimento dos Territórios Rurais (EPDTR) . **Guia de Observação do Património Rural**. Maria Custódia Martins Fernandes Pereira Correia Guilherme José Amaral Gomes Lewes Jorge Ramiro de Oliveira Pires Santana Maria Regina Simões Santos. Portugal Lisboa. 2009.

